



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – CCS
CURSO DE TERAPIA OCUPACIONAL**

**HISTORICIZAÇÃO DA PARCERIA ENTRE O CURSO DE TERAPIA
OCUPACIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA E A
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE JOÃO PESSOA**

Sara Katielly de Souza Albuquerque

JOÃO PESSOA
2024

SARA KATIELLY DE SOUZA ALBUQUERQUE

HISTORICIZAÇÃO DA PARCERIA ENTRE O CURSO DE TERAPIA
OCUPACIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA E A
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE JOÃO PESSOA

Artigo apresentado como requisito para a conclusão
do curso de Terapia Ocupacional da Universidade
Federal da Paraíba – UFPB.

Orientadora: Profa. Dra. Joana Rostirolla Batista de
Souza. Docente da Universidade Federal da Paraíba –
UFPB.

JOÃO PESSOA

2024

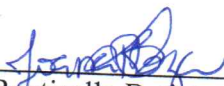
SARA KATIELLY DE SOUZA
ALBUQUERQUE

HISTORICIZAÇÃO DA PARCERIA ENTRE O CURSO DE TERAPIA
OCUPACIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA E A
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE JOÃO PESSOA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a Conclusão do
Curso de Bacharelado em Terapia Ocupacional da Universidade Federal da Paraíba,
apreciado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Aprovado em: 26/04/24

COMISSÃO EXAMINADORA



Joana Rostirolla Batista de Souza
Universidade Federal da Paraíba



Maria Natália Santos Calheiros
Universidade Federal da Paraíba



Gustavo Artur Monzeli
Universidade Federal da Paraíba

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família, que nunca me deixou desistir do sonho de me tornar terapeuta ocupacional.

Sumário

1. Introdução	7
2. Metodologia.....	11
3. Resultados e discussões	13
4. Conclusão	21
Referências	23
Apêndice A – Roteiro semiestruturado para entrevista com docentes de terapia ocupacional da UFPB	26
Apêndice B – Registro de Consentimento Livre e Esclarecido – RCLE	27
Anexo 1 – Diretrizes para a submissão do artigo.....	29

Apresentação

Esse artigo será apresentado para o periódico *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, cuja missão, de acordo com seu site (2023):

Destina-se à divulgação de trabalhos inéditos, oriundos de pesquisas científicas originais no campo da Terapia Ocupacional, em diálogo com as áreas de Saúde, Educação, Cultura e Assistência Social, bem como da Ciência Ocupacional. Enfatiza estudos sobre problemáticas físicas, sensoriais, mentais, psicológicas e/ou sociais relacionadas ao cotidiano e ao fazer humano, articulados à participação, à autonomia e à inserção de sujeitos (individuais e coletivos).

Considerando sua relevância, e por se tratar de uma revista com a temática voltada para a terapia ocupacional, que perpassa as mais diversas áreas, e por possuir uma classificação B1, de acordo com a plataforma sucupira (2023), esta foi a revista escolhida. As diretrizes para submissão estão no Anexo 1 para conferência.

Historicização da Parceria entre o Curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal da Paraíba e a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de João Pessoa

Resumo

Introdução: Este trabalho apresenta a historicização da parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de João Pessoa, SEDEC – JP e o Curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, motivada pela publicação da portaria PRG/G nº 20 de 2012. As docentes participantes dessa pesquisa assumiram a responsabilidade de desenvolver ações em vários âmbitos, merece destaque o trabalho no âmbito do ensino a partir da ministração do componente curricular: “Áreas de Intervenção da Terapia Ocupacional e Cenários de Prática IV”. Na escola, a terapia ocupacional, inicialmente, ocupa um espaço de trabalho na educação especial, mas ao passar do tempo vai ampliando sua atuação e abrangendo novos públicos e práticas metodológicas. **Objetivos:** O objetivo principal foi levantar, caracterizar e sistematizar as práticas desenvolvidas no ensino, pesquisa e/ou extensão, desenvolvidas no Curso em parceria com a SEDEC – JP. **Método:** O método do estudo é exploratório e descritivo, trabalhado através de uma abordagem qualitativa. **Resultados e discussões:** As docentes mostraram em seus relatos, que a parceria com a secretaria está consolidada pelo tempo e trabalhos desenvolvidos. Ações envolvendo a comunidade escolar aconteceram, principalmente, a partir do referencial teórico-metodológico da terapia ocupacional social. Destaca-se que contextos de vulnerabilidade social se mostraram um desafio para todas. **Conclusão:** Através desse trabalho foi possível entender como se constituiu essa parceria, sua importância, e a necessidade de se ter terapeutas ocupacionais atuando nas escolas do município, o que não é a realidade atual.

Palavras-chave: terapia ocupacional, formação profissional, Educação Básica, escola pública.

Introdução

Neste artigo apresentamos uma historicização e análise da parceria entre o Curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, e a Secretaria de Educação e Cultura do Município de João Pessoa – SEDEC – JP, via ações de ensino, pesquisa e/ou extensão no âmbito da Educação Básica municipal.

Por isso, foi proposto levantar, caracterizar e sistematizar as práticas desenvolvidas no ensino, pesquisa e/ou extensão, no âmbito do Curso de Terapia Ocupacional da UFPB em parceria com a SEDEC – JP, reunindo elementos de diferentes fontes de informações, por exemplo, artigos, publicações, relatos de experiência através de entrevistas, entre outros, reconstruindo, dessa forma, a história da parceria no ensino, na pesquisa e/ou na extensão.

Portanto, faz-se necessário considerar alguns pontos relevantes na trajetória da terapia ocupacional no Brasil. Em 13 de outubro de 1969, por meio do Decreto – Lei nº 938, foi regulamentada a profissão como de nível superior. Em seu primeiro artigo fica esclarecido que é “assegurado o exercício das profissões de fisioterapia e terapia ocupacional” (Brasil, 1969). Seis anos após esse fato, em 1975, foi criado o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO), por meio da lei nº 6.316 (Brasil, 1975), algo importante para subsidiar ações em prol dessas profissões.

Em 2002, por meio do Ministério da Educação foram instituídas as “Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional”, sendo um marco importante na adequação dos currículos (Brasil, 2002). Neste documento estão expostos, dentre outras coisas, a necessidade de articular ensino, pesquisa e extensão no Curso de Terapia Ocupacional. Portanto, destaca-se o nono artigo:

O Curso de Graduação em Terapia Ocupacional deve ter um projeto pedagógico, construído coletivamente, centrado no aluno como sujeito da aprendizagem e apoiado no professor como facilitador e mediador do processo ensino-aprendizagem. Este projeto pedagógico deverá buscar a formação integral e adequada do estudante através de uma articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão/assistência (Resolução CNE/CES 6/2002, 2002, p. 4).

No entanto, em relação ao desenvolvimento de práticas no contexto escolar, as diretrizes se mostram preambulares, pois, não chegam a abordar com profundidade a atuação do terapeuta ocupacional na educação. Vale esse destaque, pois, esse contexto; é

apenas citado quando apresentam-se habilidades que devem ser desenvolvidas pelos graduandos, em seu quinto artigo, inciso XXX, que a formação tem por objetivo “vivenciar atividades profissionais nos diferentes equipamentos sociais e de saúde, sejam hospitais, unidades básicas de saúde, comunidades, instituições de regime aberto ou fechado, creches [...] dentre outros”, o que evidencia a falta de um projeto, de fato, da terapia ocupacional na escola. Neste documento a escola é contemplada como um equipamento social, sem mais desdobramentos.

O que é reflexo da imagem idealizada e enraizada sobre o que é a terapia ocupacional, presente, inclusive, na formação profissional inicial. Contradição trazida por Francisco (1988, p.12), quando diz que “Existem inúmeras tentativas para conceituar formalmente a terapia ocupacional e para defini-la como prática de saúde engajada, compromissada com o social. Entretanto, geralmente, as definições formais caracterizam-na como prática ‘neutra’ de saúde”.

Na educação, historicamente, a terapia ocupacional atrelou-se ao modelo de educação especial, sob o olhar biomédico. Como afirmou Souto et al. (2018, p. 584), “Esses espaços destinados à Educação Especial surgiram, no Brasil, inicialmente, baseados no modelo biomédico, para o qual as pessoas com deficiência eram concebidas como ‘desviantes’ dos padrões que caracterizavam a ‘normalidade’.”

O que provoca uma reflexão sobre a relação da terapia ocupacional com a educação especial, a qual podemos considerar um modo de inserir (principalmente) pessoas com deficiência no cenário educacional regular/comum, ainda que com um viés um tanto quanto segregador, trazendo várias problemáticas a essas pessoas, como a estigmatização, por exemplo. Por isso, é comum, quando se fala nas práticas da área nesse setor, fazer uma vinculação, sobretudo, com estudantes que possuem deficiência.

De acordo com Rocha (2007, p. 123):

Historicamente, a inserção da Terapia Ocupacional no campo da Educação se fez através da chamada "Educação Especial", voltada para pessoas com deficiências, em instituições educacionais especializadas, segregadas da rede regular de ensino, ou ainda, do trabalho desenvolvido nas denominadas "classes especiais" dirigidas a populações específicas: estudantes com deficiência mental, física, visual, auditiva ou transtorno do desenvolvimento (Rocha, 2007, p. 123).

Portanto, faz-se necessário o pensamento de Ainscow (2009, p.12), sobre a educação especial, onde ele diz que:

O desenvolvimento da educação especial envolveu uma série de estágios durante os quais os sistemas de educação exploraram diferentes formas de responder a crianças com deficiências e a outras que têm dificuldades de aprendizagem. A educação especial foi oferecida, por vezes, como complemento à educação geral e em outros casos foi totalmente segregada (Ainscow, 2009, p.12).

Podemos assim, abrir um parêntese para as aspirações capitalistas, pois, a escola passou a ser alvo mercadológico (Souza, 2021, p.84). Nessa lógica existem influências que estão visíveis, e nos fazem depreender que a educação especial está unida a alguns processos, segundo Souza (2021, p. 61) “a esfera da prática terapêutico-ocupacional ao se inserir na realidade educacional brasileira, insere-se também em um campo formado, por exemplo, por um setor público e outro privado, que coexistem no contexto de intensa desigualdade social e educacional do Brasil”.

Esse processo de desigualdade social e educacional é tão marcante, que fez surgir, alinhado as necessidades atuais da sociedade e da terapia ocupacional, uma nova diretriz na educação, que é a inclusão radical. Esta dialoga, segundo Lopes & Borba (2022, p.211) com a “[...] radicalização da democracia e portanto com o tensionamento do *status quo*”.

Deste modo, podemos dizer que cenários muitos distintos surgem na atuação do terapeuta ocupacional, para isso é necessário romper com a lógica tradicional da atuação dos terapeutas no setor da educação, para acrescentar a atuação e novas possibilidades de fazer terapia ocupacional.

Em 1988, na Constituição Federal, de maneira democrática, a educação passou a ser um direito assegurado para todos, marco importante no desenvolvimento da educação no Brasil, em seu ducentésimo quinto artigo é proferido que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, que será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, e o seu preparo para o exercício da cidadania (Brasil, 1988).

Mais tarde, de acordo com a Lei nº 9.394, de 1996, a educação é traduzida de maneira clara e proeminente, inclusive a educação especial. Essa lei é conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, ou, LDBEN, que estipula em seu primeiro artigo, uma configuração da educação: “A educação abrange os processos formativos que se

desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Em relação ao contexto escolar na terapia ocupacional foi publicada em 2018, a Resolução nº 500, que: “Reconhece e disciplina a especialidade de Terapia Ocupacional no Contexto escolar, define as áreas de atuação e as competências do terapeuta ocupacional especialista em Contexto Escolar e dá outras providências” (COFFITO, 2018). Nesta, ainda que tardiamente, é delineado, principalmente, que:

Art. 7º – A atuação do Terapeuta Ocupacional no Contexto Escolar visa o desempenho ocupacional do estudante nos diversos espaços de aprendizagem desenvolvendo as seguintes ações:

I – Proceder observação sistemática ou não, nos espaços de aprendizagem para avaliar o desempenho ocupacional do estudante;

II – Colaborar nos processos de acesso, permanência e conclusão dos estudantes em todas as modalidades, etapas e níveis de ensino;

III – Mediar os processos de implantação e implementação das adaptações razoáveis e/ou ajustes com o estudante, no ambiente e/ou na tarefa/ocupação visando o desempenho ocupacional do estudante no contexto escolar; [...]

XIV – Colaborar para a implementação das políticas de processos de inclusão escolar;

XV – Contribuir para a redução do bullying contra qualquer tipo de preconceito quanto a diversidade;

XVI – Contribuir com o gerenciamento do processo e dos recursos humanos envolvidos;

XVII – Emitir pareceres e relatórios acerca dos processos de desempenho ocupacional do estudante; [...].

Ao falarmos em formação de terapeutas ocupacionais para o trabalho na educação, faz-se pertinente o pensamento de Roriz et al. (2023, p.10), sobre a importância do contexto escolar na formação, quando diz:

Nesse sentido, ressalta-se que a escola é um contexto que entremeia o cotidiano de crianças e jovens e que, de fato, precisa ser abordado nos mais diversos conteúdos que compõem a formação em terapia ocupacional, inclusive por se tratar de uma área interdisciplinar e transversal (Roriz et al. 2023, p. 10).

Souza (2021, p. 108) em suas análises sobre essa subárea, conclui que em geral, terapeutas ocupacionais da educação sentem que suas graduações não ofereceram, ou ofereceram de modo insuficiente, os subsídios necessários para a adequada atuação profissional nesse setor.

Na Paraíba, o Curso de Terapia Ocupacional da UFPB soma, através de atividades práticas de ensino em terapia ocupacional na educação, um acúmulo que ultrapassa 10

anos de ofertas de ações voltadas para escolas públicas de João Pessoa, através de um dos módulos do componente curricular obrigatório *Áreas de intervenção da Terapia Ocupacional e Cenários de Prática IV*. Temos ainda experiência de extensão universitária que leva ações para a Educação Básica do Município via SEDEC – JP.

Perante o explicitado, questionamos: como tem se constituído, e se caracterizado a parceria do Curso de Terapia Ocupacional com a SEDEC – JP ao longo desses 14 anos de Curso, desde sua implementação?

Portanto, houve a necessidade de reconstruir o caminho histórico, para saber o que já aconteceu, o que está acontecendo, entender seus múltiplos fatores, no mais, compreender o que precisa ser redefinido, redirecionado, e onde é indispensável investir.

São essas as motivações que se mostraram oportunas. Nesse sentido, o presente artigo mostra que a terapia ocupacional é uma necessidade existente no setor da educação do município, essa é uma lacuna não preenchida até o momento. Não houve, por exemplo, abertura de vagas para terapeutas ocupacionais nas instituições de ensino do município, mesmo com parceria estabelecida entre o Curso de Terapia Ocupacional da UFPB e a SEDEC – JP, no ensino, pesquisa e/ou extensão, que ultrapassa, vale ressaltar, mais de dez anos. Por isso este artigo mostra a complexidade que se estabelece no meio dessa relação. Nesse sentido, houve, em 17 de Janeiro de 2024, segundo o site da UFPB (2024) uma reunião entre Departamento de Terapia Ocupacional, o reitor Valdiney Gouveia, a Secretaria de Educação do município de João Pessoa, que foi representada pela secretária de educação América Castro, com a intenção de:

[...] discutir a possibilidade de inclusão de profissionais de terapia ocupacional na educação, na rede municipal. A demanda partiu do Departamento de Terapia Ocupacional, do Centro de Ciências da Saúde (CCS) da UFPB. O objetivo do encontro, que ocorreu no Gabinete da Reitoria, segundo o Departamento de Terapia Ocupacional, foi realizar um primeiro diálogo sobre a possibilidade de contratação ou concurso público para terapeuta ocupacional (UFPB,2024).

Metodologia

Esse foi um estudo exploratório e descritivo, trabalhado através de uma abordagem qualitativa, perpassando uma fase documental, pois utilizou-se fontes primárias, tendo como base o conjunto de publicações físicas e digitais, os registros das

práticas, os relatórios desenvolvidos, os projetos e relatos de experiência fornecidas pelas docentes entrevistadas – materiais de seus acervos pessoais. A pesquisa com o perfil exploratório para Fontelles (2012, p. 58), caracteriza-se por procurar: “subsídios, não apenas para determinar a relação existente, mas sobretudo para conhecer o tipo de relação”, com isso procura sistematizar o objeto estudado. Já a pesquisa descritiva segundo Fontelles (2012, p.57) busca: “observar, registrar e descrever as características de um determinado fenômeno ocorrida em uma amostra ou população”, destaca-se aqui a utilização de roteiro semiestruturado para entrevistas com as docentes.

A primeira etapa da pesquisa buscou docentes vinculadas a UFPB, que trabalham/trabalharam com ensino, pesquisa e/ou extensão, no Curso de Terapia Ocupacional e que efetivaram parcerias com a SEDEC – JP nesses âmbitos.

Depois de identificadas através dessa prospecção, a segunda etapa convidou as mesmas para uma entrevista com roteiro semiestruturado, que foi marcada de acordo com a disponibilidade das participantes. Além disso, realizou-se verbalmente a obtenção do consentimento para a entrevista, registrada via gravação de áudio. Pode-se dizer que essa etapa foi uma investigação a respeito da parceria com a SEDEC – JP.

A terceira etapa obteve com as entrevistadas, os mais diversos registros, como documentos, publicações, artigos, capítulos de livros, relatos de experiência, entre outros, o que enriqueceu análises, e ajudou a compreender como se deu e se dá a parceria com a SEDEC – JP e as ações desenvolvidas.

Já a quarta etapa, envolveu a consolidação de todo material acima citado, e a seleção deles, inclusive das entrevistas gravadas, por meio de escuta, análise e transcrição, material que também foi revisado para a seleção, sendo a base desse estudo.

A quinta etapa foi analisar como as docentes discutem essa prática e como é a relação com a SEDEC – JP, concomitantemente a isso, dialogou-se com o material bibliográfico.

Em relação ao critério de inclusão, se reuniu docentes que participaram ou participam como responsáveis principais e/ou coordenadoras gerais de projetos de ensino, pesquisa e/ou extensão, que tiveram ou têm parceria estabelecida com a SEDEC – JP.

Quanto a metodologia da coleta de dados, se obteve documentos do acervo dessas profissionais que relatam essa parceria. O critério de exclusão consistiu na não aceitação de matérias documentais que não estavam nítidos, ou que possuíam rasuras.

No que diz respeito aos aspectos éticos, pode-se dizer que os princípios éticos que orientam a pesquisa envolvendo seres humanos foram respeitados, de acordo com os critérios da Resolução nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde, relacionado a não intervenção no corpo humano de maneira direta, de acordo com Minayo & Guerriero (2019, p.301) nessa resolução:

[...] não se trabalha com a verdade, mas com a interpretação das pessoas sobre seus atos. Também não se pretende de antemão explicar os fatos, e sim, compreendê-los e contribuir para o avanço da consciência crítica e da ação social transformadora. (Minayo & Guerriero, 2019, p.301)

Tendo como subsídio essa Resolução, após aprovação do Colegiado do Departamento de Terapia Ocupacional da UFPB (Processo nº 23074.012341/2024-46) e anuência da SEDEC-JP (Protocolo nº 25.213/2024), o projeto foi submetido para aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Centro de Ciências da Saúde, da UFPB, sob o CAAE 77983524.1.0000.5188, garantindo-se a preservação da identidade das participantes do estudo.

Resultados e discussões

Após levantamento geral de docentes que sinalizaram terem ou não experiências de ensino, pesquisa e/ou extensão em instituições e serviços vinculados à SEDEC – JP, a partir dos critérios de inclusão e exclusão estabelecidos, quatro docentes se enquadravam no perfil procurado, todas elas retornaram o contato, três concordaram em ser entrevistadas, tiveram disponibilidade, e puderam participar deste levantamento, elas também forneceram documentos dos seus acervos pessoais.

A primeira entrevistada (D1) trabalha no Curso de Terapia Ocupacional da UFPB desde o final de 2011, e está prestes a completar 13 anos de docência no referido Curso, ela desenvolveu atividades práticas de ensino em uma escola de ensino fundamental 1, nos anos de 2013 e 2014, de forma contínua. Sua experiência aconteceu através do

componente curricular obrigatório *Áreas de Intervenção da Terapia Ocupacional e Cenários de Prática IV* – módulo da educação.

A segunda participante (D2) atuou e atua nesse mesmo componente curricular, perpassando pelos dois módulos, o da educação e o social, nos períodos que compreendem os anos de 2017 até 2019. Depois seguiu nos períodos que aconteceram em 2021 e foi até o período atual de 2023.2. Ao todo são quase oito anos como professora da UFPB. Ela também atua em um projeto de extensão que fez parceria com algumas instituições, dentre elas, a SEDEC – JP, ela destaca o seu trabalho em 2019 nesse âmbito, sendo o público-alvo, jovens e adolescentes.

A terceira docente (D3) atuou e atua nessa mesma disciplina desde que entrou para o quadro efetivo da UFPB, em 2014, a única interrupção foi devido um afastamento de três anos e cinco meses para fazer o doutorado. Esta docente ocupou-se mais regularmente do módulo da educação, do componente curricular citado acima. Sua experiência como docente da UFPB soma cerca de dez anos, com oito dedicados ao módulo da educação na disciplina que tratamos aqui.

D1 relata como foi o início dessa parceria:

[...] quando o curso começou a ser implantado, eu assumi várias disciplinas da primeira turma da UFPB. E dentre as áreas de concentração do curso, saúde, educação e social, eu assumi a implantação da disciplina: “Áreas de Intervenção e Terapia Ocupacional Cenário de Prática IV”, o eixo da educação. E aí eu fui fazer uma parceria com uma escola pública municipal, de João Pessoa. [...] Olívio Ribeiro Campos [...] (D1, p.1).

No Curso de Terapia Ocupacional da UFPB, estudantes, futuros terapeutas ocupacionais, passam por experiências nas escolas, através do ensino, da pesquisa e/ou da extensão. Essa graduação foi implantada em 2010, com o intuito de, conforme descrito no Projeto Pedagógico do Curso – PPC (UFPB, 2008, p.8), oferecer “uma formação generalista”, em 2010 esse documento reformulado incluiu disciplinas teórico-práticas.

Com a portaria PRG/G nº 20 de 2012 houve alterações de algumas disciplinas, dentre elas, merece destaque, pelo tema deste projeto, o componente curricular: *Áreas de*

Intervenção da Terapia Ocupacional e Cenários de Prática IV. Este componente é dividido em dois módulos, um com enfoque para o desenvolvimento do raciocínio profissional para o setor social, especificamente para a atuação em serviços socioassistenciais, e outro voltado para o desenvolvimento teórico-metodológico para o exercício profissional no setor da educação, com ênfase na Educação Básica (Calheiros et al. 2018).

Com essa reformulação, de maneira estratégica, iniciaram-se parcerias entre o Curso de Terapia Ocupacional da UFPB e a SEDEC – JP, via convênio, por meio da Pró-reitora de Planejamento e Desenvolvimento – PROPLAN. De acordo com o site da PROPLAN (2022), um de seus objetivos é “dar suporte para a celebração de acordos, convênios ou instrumentos congêneres, vias projetos acadêmicos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional e inovação tecnológica”.

Objetivo alinhado a lei nº 9.394, que define, em seu quinquagésimo segundo artigo que: “As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano”.

Por meio das entrevistas, fica evidente que nos momentos iniciais dessa disciplina, quando houve a implementação do Curso, a docente responsável (D1) desconhecia um modelo prévio para embasar a proposta de ensino teórico-prático, por isso, o trabalho não seguiu uma abordagem específica, mas foi orientado dentro de uma teoria, baseada sobretudo nos conhecimentos da própria docente sobre, principalmente, as Ciências da Reabilitação e a Psicologia do Desenvolvimento. Ela relata que este momento foi desafiador em sua carreira profissional:

[...]foi um momento que, pra mim, como profissional, assim, foi desafiador [...]foi muito intuitivo. Não existia um modelo que eu pudesse reproduzir dentro daquele cenário, né? E foi intuitivo, assim, a partir de conhecimentos prévios que eu tinha sobre a educação permanente, sobre a própria teoria que eu sempre estudei a vida inteira, do processamento sensorial, né? Entendendo que ele é uma ferramenta importante para educadores, pra gente entender que o processo de aprendizado, ele é individual e ele surge, né? A teoria do processamento sensorial, ela surge na integração sensorial, e surge com crianças com dificuldade de aprendizagem, e aí adaptando pra nossa realidade, porque naquela

época, as dificuldades de aprendizagem estavam muito associadas ao quê? Às funções cerebrais mínimas, alterações neurofisiológicas, mas nesse momento, as dificuldades de aprendizagem, nesse contexto, estavam associadas à situação de vulnerabilidade, que podem, sim, acarretar alterações neurocomportamentais, neurofisiológicas etc. Mas que não era a raiz, a base. Daí a gente conseguiu... começou a trazer essas crianças e minimizar, assim, o peso desse, dessa... desse dia a dia (D1, p.3).

Esse sentimento de D1, dialoga com a tese de Souza (2021, p. 121-122), mostrando que esse é um enfrentamento no cotidiano dos terapeutas ocupacionais.

Dissertamos que, em geral, no setor público da educação, os serviços se estabelecem de forma local, não havendo uma política ampla, nacional de educação, que possa prever esse tipo de serviço, estruturado de uma dada maneira, e que atue com uma determinada equipe, incluindo terapeutas ocupacionais. Como abordado no início do texto, o país não conseguiu, ainda, implementar um sistema nacional de educação. Com isso, parece ter havido um movimento em direção à questão “de que forma meus interesses e minhas experiências prévias podem me informar acerca da prática que preciso construir e/ou desenvolver na educação?”, diante da falta de uma organização e sistematização prévia dessa subárea da terapia ocupacional e considerando diretrizes unificadas e bem delineadas como parte de um sistema maior. Como vimos, é recorrente entre as participantes do setor público, um alinhamento com a saúde mental, existindo, frequentemente, uma expectativa de se inserirem na área através de concursos. No entanto, há uma compreensão, dentro do que é possível notar nessas linhas iniciais, de que as vivências e acúmulos da educação especial e da reabilitação infantil foram reconhecidos pelas profissionais como capazes de subsidiar esse movimento, enquanto a Saúde Mental não parece, salvo raras exceções, ter sido tão incorporada pela prática escolar (Souza, 2021, p. 121-122).

Foi, de acordo com os planos de ensino da época, a partir de 2015, que D3, responsável pelo componente curricular *Áreas de Intervenção e Terapia Ocupacional Cenário de Prática IV*, passou a incluir a terapia ocupacional social como um dos referenciais teórico-metodológicos para subsidiar o desenvolvimento das práticas na escola (Departamento, 2015).

No conteúdo programático do período letivo 2015.1, houve um destaque significativo para a terapia ocupacional social, por exemplo, o conteúdo sobre as “Reflexões do papel da Terapia Ocupacional nas escolas ditas “regulares” e o que isso tem a ver com a Terapia Ocupacional Social” mostra o primeiro passo no sentido da

utilização desse referencial metodológico alinhado as necessidades do campo da educação (Departamento, 2015).

Quando D2 relata sua experiência nas escolas do município, ela enfatiza o referencial mencionado anteriormente:

[...] E aí a gente desenvolve as nossas práticas a partir do referencial teórico-metodológico da terapia ocupacional social [...] a gente tem desenvolvido nossas práticas com a... com essa fundamentação teórico-metodológica, com esse referencial, né? Fundamentando as práticas. Não significa que a gente não estuda e não discute outras possibilidades de atuação do terapeuta ocupacional na educação e na escola pública. Mas, a gente entende que essa... que esse referencial teórico-metodológico pra educação, ele faz sentido pensando nessas populações e essas necessidades aí que vão surgindo a partir do diálogo com essas escolas que a gente foi tendo, né? (D2, p.5).

A terapia ocupacional social, de acordo com Galheigo (2016, p.65) caracteriza-se por sustentar “suas ações pelo compromisso ético-político que acontece por meio de uma escuta sensível dos sujeitos e coletivos com quem desenvolve projetos e por uma perspectiva crítica dos contextos sociais e políticos”.

Retomando a experiência de D2, por meio da entrevista, ela trouxe, dentre outras atuações, seu trabalho com jovens do EJA. Pode-se dizer que, ao fazer referência ao contexto no qual esse público está inserido, a perspectiva da terapia ocupacional social se faz presente, pois:

[...] são jovens que são marcados, né? Pela vulnerabilidade, pela violência, pelo tráfico de drogas, pelo... enfim, pela cor que eles têm, muitos marcadores sociais que atravessam a vivência e o cotidiano desses jovens, né? E aí isso torna mais difícil estar e permanecer na escola (D2, p. 5-6).

Também merece destaque as relações das terapeutas com as escolas, que devem ser espaços transformadores e não de segregação/marginalização, por isso a atuação delas tiveram reconhecimento. Uma das docentes fala sobre o *feedback* recebido:

Eu acho que um feedback interessante foi quando a diretora chamou a gente, me chamou, na verdade, pra dizer assim [...], eu tô vendo o trabalho que vocês estão fazendo com essas crianças, esse trabalho tá muito bom [...]. A confiança da equipe da direção no sentido de dizer eu sei que vocês estão fazendo alguma coisa e que esse trabalho vai beneficiar essas crianças de alguma forma, né? (D1, p. 4).

D3 também fala sobre esse retorno:

A gente ouve devolutivas muito positivas da gestão, né? Das próprias professoras que acompanham o nosso trabalho em sala de aula, das cuidadoras. Eu acho que um outro indicativo, né? Da importância é o desejo de que a gente esteja lá sempre. Então, a cada semestre a gente repactua. E a cada semestre as pessoas querem muito, nos buscam muito para a gente estar nesse espaço [...] (D3, p. 6).

Outro destaque nas falas das docentes é quando, em suas práticas, se deparam com atravessamentos do cotidiano e do território desses jovens e dessas crianças. Para Salles & Matsukura (2013, p. 266-267):

A terapia ocupacional preocupa-se com a produção de vida das pessoas que atende, e a vida é composta no cotidiano; é nas pequenas ações do dia a dia que nos construímos enquanto seres humanos e desenvolvemos nossos interesses. Cada cotidiano é vivido de forma particular, única por cada sujeito, construído conforme a singularidade do sujeito e da realidade vivida pelo contexto social. (Salles & Matsukura, 2013, p. 266-267).

A questão do território, é que ele consiste em um fator determinante na articulação das pessoas com suas próprias vidas, com sua comunidade e com o Estado. Portanto, é pertinente o pensamento de Santos (2000, p. 47), quando diz que:

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é

o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence.

As ações das docentes se deram, predominantemente, em territórios socialmente vulneráveis. Exemplificado na fala de D2, que relata que a escola onde atua:

[...]é uma escola também que tá num território permeado por questões de vulnerabilidade social e outras muitas questões que a gente vai pensando aí na nossa prática profissional, né? (D2, p.5).

Todas as docentes demonstram sensibilização as expressões da Questão Social na educação em suas entrevistas. Chama atenção a problemática social como um fator permeado por grandes questionamentos.

Outra experiência trazida nas entrevistas, é quando D3, ao falar sobre sua atuação nas escolas, expressa o tensionamento das relações para que aconteça uma transformação real, ao dizer que:

Pela perspectiva que a gente parte, vai visando uma transformação da cultura escolar mesmo. De uma forma muito profunda, né? Então, eu acho que isso é uma questão importante, assim... para se constatar e eu te contar. Nossa, essa transformação, às vezes ela é muito tranquila e às vezes ela é dolorida, ela é conflituosa. Então, a gente lida com muitos conflitos também. Tensiona limites das relações [...] acho que a gente mexe bastante com as coisas internamente e estruturalmente (D3, p.6).

É relevante saber também, sobre como se dá a parceria entre o Curso de Terapia Ocupacional da UFPB e a SEDEC – JP. D3 revela em sua experiência, que:

A UFPB, ela tem uma instância que lida com os convênios, né? Da universidade com outras instituições. E uma dessas instituições [...] é a Prefeitura Municipal de João Pessoa. E aí, dentro dessa parceria possível com a Prefeitura, a gente tem os órgãos internos, que um deles é a Secretaria de Educação do Município de João Pessoa. Então, a partir desse convênio com a Prefeitura e com a SEDEC, a gente realiza os

contatos com as escolas, né? Onde a gente pretende passar, onde indicam na própria Secretaria que a gente passe (D3, p. 2-3).

Ela continua:

A escola concordando, com o nosso trabalho pela disciplina, que é uma disciplina teórico-prática... A gente passa a firmar esse acordo, via esse convênio pra, burocraticamente, isso ficar bem alinhado, né? E essa parceria se estabelecer (D3, p.3).

As docentes, também falaram da importância do módulo da educação, dentro da disciplina, para a formação dos futuros terapeutas ocupacionais. Na opinião de D2:

Eu acho que vocês têm majoritariamente experiências dentro da saúde. Então, ter uma experiência, nem que seja uma, né? E que seja curta. Uma experiência prática do raciocínio profissional, de uma experiência que possa se desenvolver no chão da escola pública, ela é muito enriquecedora, né? Porque ela possibilita e abre um horizonte de possibilidades de atuação do campo profissional [...] não é por menos que a gente lutou pra a ampliação dessa carga horária e da ampliação de disciplinas pra o currículo novo, né? Porque a gente acredita que ter essas experiências no campo da educação, no setor da educação, é muito importante pra a formação profissional. E eu acho que pra além disso, assim, disso tudo que eu estou situando, ter a experiência compreendendo que as demandas, elas também... elas vão estar além das questões da deficiência [...] eu acho que a gente tem as questões da deficiência que são muito importantes dentro da educação, o público-alvo da educação especial é um público importantíssimo, que tem que ser pensado pela TO. A gente tem que pensar a inclusão desse público dentro da escola, mas a gente também precisa pensar outros públicos que foram e continuam sendo historicamente excluídos da escola pública, né? E aí, eu acho que as nossas ações, a partir de cenários 4, e acho que a da extensão também, possibilitou alguns diálogos, mas eu acho que essencialmente em cenários 4, os estudantes, eles ampliam o raciocínio profissional deles e compreendem que inclusão é um processo mais amplo [...] (D2, p. 7-8).

Conclusão

As experiências das docentes, através de suas práticas, junto a reunião de um conjunto de diferentes fontes de informações, tornaram possível e deram forma a este trabalho. À medida que os elementos se uniram, foi mostrado o caminho percorrido da parceria entre a SEDEC – JP e o Curso de Terapia Ocupacional da UFPB, esse é o recorte maior, onde se estabelece o tipo de relação e sua constituição, mas não é o único que se mostra importante, pois, houve desdobramentos que também contribuíram e enriqueceram esse trabalho.

Essa parceria, que envolve, principalmente, a comunidade escolar, as docentes e os discentes do Curso de Terapia Ocupacional, se desenvolve em alguns âmbitos, como o do ensino, e o da extensão.

As docentes que ministram ou ministraram, sobretudo, o componente curricular *Áreas de Intervenção e Terapia Ocupacional Cenário de Prática IV*, no módulo da educação, contribuíram e contribuem para a formação dos graduandos em uma área que precisa de mais visibilidade. Embora a experiência seja pontual, ela ajuda no desenvolvimento do arcabouço teórico-prático dos alunos, observação trazida pelas docentes, contribuindo para o desenvolvimento do pensamento crítico e do raciocínio profissional.

Fica claro, a partir dos relatos das docentes, que outra contribuição que essa parceria fornece é a de mostrar a necessidade de terapeutas ocupacionais atuando nas escolas da rede pública de ensino do município, pois, existem muitas necessidades adjacentes nas escolas, ou seja, que estão próximas do dia a dia das crianças, adolescentes e jovens, mas não são trabalhadas pela equipe escolar, e que podem ser investimento da atuação da terapia ocupacional.

É imprescindível mencionar que mesmo com a efetivação dessa parceria que vem acontecendo na prática desde 2013, ainda existe a necessidade de abertura de vagas no município para o trabalho efetivo de terapeutas ocupacionais nas escolas, esta é uma carência do sistema público municipal de ensino.

Sobre as ações nas escolas, foi a partir do período letivo 2015.1, que a terapia ocupacional social passou a integrar o referencial teórico-metodológico do componente

curricular, que se mostrou uma ferramenta prática e conceitual que abarca inúmeras dimensões, com temáticas, dinâmicas próprias e desafios inerentes a essa subárea profissional. Com o passar dos anos, este se tornou o principal elemento orientador e estruturador das ações práticas na escola

Por fim, pode-se dizer que o caminho envolve aspectos que precisarão ser reavaliados no futuro, pois, muitas transformações podem surgir, como a contratação de terapeutas ocupacionais pelo município, o que trará novos contextos no cenário da educação municipal, contribuindo para a criação de novas estratégias por parte da atuação das docentes, inclusive, possibilitando novos direcionamentos.

Referências

- Brasil. (1969). Decreto-Lei nº 938, de 13 de outubro de 1969. Provê sobre as profissões de fisioterapeuta e terapeuta ocupacional, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] União*, 8658-8658. Recuperado em 20 de outubro de 2023, de <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-938-13-outubro-1969-375357-publicacaooriginal-1-pe.html>.
- Brasil. (1975). Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975. Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional e dá outras providências. *Diário Oficial [da] União*, 16805-16805. Recuperado em 20 de outubro de 2023, de <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3318>.
- Brasil. (1988). *Constituição da república federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal.
- Brasil. (2002). Resolução CNE/CES 6, de 19 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional. *Diário Oficial [da] União*, 12. Recuperado em 20 de outubro de 2023, de https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_CES06_02.pdf?query=certifica%C3%A7%C3%A3o%20de%20compet%C3%A2ncias.pdf.
- Brasil. (2018). Resolução nº 500, de 26 de dezembro de 2018. Reconhece e disciplina a especialidade de Terapia Ocupacional no Contexto Escolar, define as áreas de atuação e as competências do terapeuta ocupacional especialista em Contexto Escolar e dá outras providências. *Diário Oficial [da] União*, 81. Recuperado em 05 de outubro de 2023, de <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=10488>
- Cardinalli, I., Silva, C. R., Silva, R., Bianchi, P., & Calheiros, D. (2018). *Formação em terapia ocupacional no Brasil: pesquisas e experiências no âmbito da graduação e pós-graduação*. (pp. 169-196). São Paulo: FiloCzar.
- Departamento de Terapia Ocupacional. Universidade Federal da Paraíba (2015). Plano de Curso da disciplina *Áreas de Intervenção e Terapia Ocupacional Cenário de Prática IV*.
- Fávero, O., Ferreira, W., Ireland, T., & Barreiros, D. (2009). *Tornar a educação inclusiva*. Brasília: Unesco.
- Fontelles, M. J. (2012). *Bioestatística aplicada à pesquisa experimental*. São Paulo: Livraria da Física.
- Francisco, B. R.(1988). *Terapia ocupacional*. Campinas. Editora Átomo.
- Guerriero, I. C. Z., & Minayo, M. C. (2019). A aprovação da Resolução CNS nº 510/2016 é um avanço para a ciência brasileira. *Saúde e Sociedade*, 28, 299-310.

Lopes, R. E., & de Oliveira Borba, P. L. (2022). A inclusão radical como diretriz para terapeutas ocupacionais na educação. *Revista Ocupación Humana*, 22(2), 202-227.

Lopes, R. E., & Malfitano, A. P. S. (2016). *Terapia ocupacional social: desenhos teóricos e contornos práticos*. São Carlos: EdUFSCar.

Rocha, E. F. A terapia ocupacional e as ações na educação: aprofundando interfaces. *Rev Ter Ocup Univ São Paulo*. 2007; 18 (3): 122-127.

Roriz, D. V., Lins, S. R. A., & Farias, M. N. (2023). Terapia ocupacional e educação: um estudo documental sobre a formação acadêmica. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 31, e3474. Recuperado em 11 de abril de 2024, de <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/CGNFGtL9n8fvFMr7dr4MgCh/?lang=pt>

Salles, M. M., & Matsukura, T. S. (2013). Estudo de revisão sistemática sobre o uso do conceito de cotidiano no campo da terapia ocupacional no Brasil/Systematic review study on the use of the concept of daily life in the field of occupational therapy in Brazil. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 21(2). Recuperado em 13 de abril de 2024, de <https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/download/813/438>.

Santos, M. (2000). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record.

SciELO - Brasil. (2023). *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional/Brazilian Journal of Occupational Therapy*. Recuperado em 06 de novembro 2023, de <https://www.scielo.br/journal/cadbto/about/#about>

Souto, M. S. D., Gomes, E. B. N., & Folha, D. R. D. S. C. (2018). Educação Especial e Terapia Ocupacional: análise de interfaces a partir da produção de conhecimento. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 24, 583-600.

Souza, J. R. B. D. (2021). *Terapia ocupacional na educação: composição e delineamentos do campo profissional* (Tese de doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. Recuperado em 05 de outubro de 2023, de <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/15085/Tese%20-%20Joana%20de%20Souza%20-%20vs%20final.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Sucupira, P. (2023). *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)*. Recuperado em 06 de novembro 2023, de <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/istaConsultaGeralPeriodicos.jsf>

Universidade Federal da Paraíba - UFPB. (2008). *Projeto pedagógico do curso de terapia ocupacional*. Recuperado em 05 de outubro 2023, de http://www.ccs.ufpb.br/coordto/contents/documentos/ppc/ppc_to_2008_aprovado_cons-epe-alteracoes-compressed.pdf.

Universidade Federal da Paraíba - UFPB. (2012). *Portaria PRG/G/n.º 20/2012. Altera a Resolução n.º 81/2010 do CONSEPE, que fixa a composição curricular do curso de Terapia ocupacional*. João Pessoa: Pró-Reitoria de Graduação.

Universidade Federal da Paraíba - UFPB. (2022). *Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento. Apresenta informações sobre o planejamento e o desenvolvimento da UFPB*. Recuperado em 05 de outubro 2023, de <https://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/menu/ploplan/sobre>.

Universidade Federal da Paraíba - UFPB. (2024). *Realiza reunião com Secretaria de Educação de João Pessoa sobre demandas de terapeutas ocupacionais. Notícias*. Recuperado em 15 de março 2024, de <https://www.ufpb.br/ufpb/contents/noticias/ufpb-realiza-reuniao-com-secretaria-de-educacao-de-joao-pessoa-sobre-demandas-de-terapeutas-ocupacionais>.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – CCS
CURSO DE TERAPIA OCUPACIONAL**

Apêndice A - Roteiro para a obtenção do Registro de Consentimento Livre e Esclarecido – RCLE, via gravação de áudio.

Olá, me chamo Sara Katielly de Souza Albuquerque e sou discente do Curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Você está sendo convidada a participar da pesquisa “Historicização da Parceria entre o Curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal da Paraíba e a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de João Pessoa”.

Você foi selecionada para participar dessa pesquisa por ser docente do Departamento de Terapia Ocupacional da referida Universidade e por ter realizado atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão em escolas da rede municipal de ensino de João Pessoa, PB.

O risco de participar dessa pesquisa é mínimo, podendo ocorrer apenas algum desconforto durante alguma pergunta formulada. Nesse caso, você não precisará respondê-la, ressaltando que você não será penalizada de nenhuma forma, caso não responda uma das perguntas. Caso queira interromper a entrevista ou tenha perdido o interesse em participar, você pode fazê-lo a qualquer momento sem nenhuma penalização.

Por isso eu gostaria de saber se você deseja participar e contribuir com essa pesquisa. Sua contribuição será de grande valia.

Se sim, diga seu nome e a frase "eu aceito participar da pesquisa".



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – CCS
CURSO DE TERAPIA OCUPACIONAL

Apêndice B - Roteiro semiestruturado para entrevista com docentes de terapia ocupacional da UFPB.

1. Identificação:

A Sua formação?

Há quanto tempo você trabalha como docente do Curso de Terapia Ocupacional da UFPB?

2. Questões orientadoras:

- Você já trabalhou ou trabalha nas escolas, via parceria com a SEDEC – JP? Se sim, quando começou a trabalhar?
- É uma ação no âmbito do ensino, da pesquisa ou da extensão universitária?
- Você sabe como é feita a parceria com a SEDEC - JP? Quem fica responsável e qual é a documentação enviada para firmar essa parceria?
- A escolha da escola (s) se deu/dá por quais critérios?
- Trabalhar nas escolas municipais foi uma demanda dos estudantes, professores/ ou da própria Universidade/Curso?
- A comunidade escolar sabe, de antemão, o que é terapia ocupacional?
- Qual o feedback dos profissionais da escola?
- Conte-me sobre as ações que você desenvolveu na (s) escola (s) em que atuou. E quais os objetivos principais? Foi baseado em alguma metodologia específica?
- Poderia falar também acerca das contribuições que você acredita ter desenvolvido nessas ações?
- Quais os recursos para essas práticas, e de onde eles vêm?

- Você trabalhou com alunos de qual nível de ensino?
- Quais foram os seus maiores desafios?
- Como os estudantes de terapia ocupacional relatam a experiência deles dessas práticas?
- Como você acha que essas ações contribuíram para a formação dos estudantes de terapia ocupacional?
- Quais são os materiais que você dispõe e que pode disponibilizar?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – CCS
CURSO DE TERAPIA OCUPACIONAL**

Anexo 1– Diretrizes para a submissão do artigo.

Submissões

O cadastro no sistema e posterior acesso, por meio de login e senha, são obrigatórios para a submissão de trabalhos, bem como para acompanhar o processo editorial em curso. [Acesso](#) em uma conta existente ou [Registrar](#) uma nova conta.

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

- A contribuição é original e inédita e não está sendo avaliada para publicação por outra revista;
- O arquivo da submissão está formatado, apenas, pelo programa Microsoft Word 2007 ou posterior e os trabalhos enviados à revista em formato .doc editável;
- URLs para as referências foram informadas quando possível;
- O texto está em espaço 1,5; usa fonte Times New Roman tamanho 12; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as tabelas estão no corpo do texto e não ao final do texto ou como anexos, já as figuras estão em documentação suplementar e não corpo do texto;
- O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em **Diretrizes para Autores**, na página Sobre a Revista;
- Todas as referências seguem as instruções e modelos apresentados;
- Não há identificação no corpo do texto que comprometa a Avaliação Cega por Pares.

APRESENTAÇÃO DOS ORIGINAIS

Os originais devem ser encaminhados aos *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional/Brazilian Journal of Occupational Therapy* por meio eletrônico no site: www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br

Adota-se o processo de revisão por pares double-blind review (anônimo para os revisores e para os autores). Os textos são submetidos on-line e, se de acordo com as normas de publicação, são encaminhados a um dos Editores de Seção para uma avaliação inicial.

Aprecia-se, nesta fase, a pertinência da submissão ao escopo da revista e, dentre outros aspectos formais considerados, destacam-se a relevância e originalidade do tema e a adequação e densidade da abordagem teórico-metodológica utilizada. Apenas textos aprovados nesta etapa serão encaminhados para as próximas etapas de avaliação de mérito. Os textos não aprovados nesta fase serão encaminhados pelos Editores de Seção ao Editor-Chefe para finalização do processo.

Se aprovado na avaliação inicial pelo Editor de Seção, este indicará dois revisores ad hoc, de acordo com a temática da pesquisa, os quais deverão emitir, no prazo de 30 dias, um parecer com a análise do texto e com a indicação de revisão, aceite ou não para publicação, segundo os critérios de relevância do conteúdo, consistência argumentativa, coerência teórica e metodológica, adequação estrutural e contribuições para o avanço do conhecimento na área.

Os textos que entrarem em avaliação por pares, após o processo de revisão, serão encaminhados aos autores com a decisão editorial, indicando revisões requeridas e/ou decisão final de aceite e/ou recusa. No caso de revisões requeridas, os textos serão devolvidos aos autores para adequações e uma nova rodada de avaliação será solicitada aos Editores de Seção e/ou aos revisores ad hoc.

Cumprida a etapa de análise pelos revisores ad hoc e Editores de Seção, o Editor-Chefe emitirá o parecer final (no qual o anonimato dos revisores é preservado) e que será expresso da seguinte maneira:

1. Aceito para Publicação: O trabalho é aceito integralmente para publicação em um dos próximos números do periódico, segundo critério cronológico de conclusão do processo de análise.
2. Revisões Requeridas: As modificações deverão ser realizadas pelo autor, que receberá o parecer com as referidas recomendações, devolvendo o trabalho reformulado no prazo estipulado e com as alterações realizadas marcadas em cor distinta para conferência. No caso de grande número de alterações solicitadas, o artigo será reencaminhado aos Editores de Seção e/ou revisores ad hoc, após a adequação pelo autor, para nova análise, podendo vir a ser aceito ou recusado.
3. Recusado: Recusa da publicação, com a devida justificativa dada pelo Editor-Chefe, tomando como referência a análise de cada um dos revisores ad hoc, a qual é repassada aos autores, preservando-se a identidade dos revisores.

Todos os pareceres elaborados serão de conhecimento dos autores, revisores ad hoc e Editores de Seção.

Caso o autor discorde do parecer recebido, poderá solicitar revisão à Editoria da revista, que, caso avalie como cabível a revisão, encaminhará a solicitação aos mesmos revisores e Editores de Seção, ou, a depender do caso, solicitará avaliação de outro revisor ad-hoc.

FORMATO

Textos em português, inglês ou espanhol, digitados em arquivo do programa Microsoft Word 2007 ou posterior, papel tamanho A4, margens de 2,5 cm, espaço 1,5, letra Times New Roman 12. Todos os parágrafos devem começar na coluna 1, sem tabulação.

Os textos submetidos deverão atender aos critérios de estruturação para a sua apresentação e estarem de acordo com as diretrizes apontadas a seguir. É sugerido aos autores que façam um *checklist* quanto à estrutura do texto antes de submetê-lo ao periódico. Os textos que não atenderem aos itens mencionados serão devolvidos aos autores para adequação anteriormente à avaliação pelos Editores de Seção. Seguem abaixo as diretrizes para elaboração da: 1) Folha de Rosto e 2) Estrutura do Texto.

1. Folha de rosto

Abrange as seguintes informações: título, autores, contato do autor responsável e/ou de correspondência (endereço institucional) e fonte de financiamento.

Título: Conciso e informativo. Em português e inglês. Quando o texto for apresentado em espanhol, o título deve ser apresentado nos três idiomas (espanhol, português e inglês).

Informar, em nota de rodapé, se o material é parte de pesquisa e/ou intervenção.

No caso de pesquisas envolvendo seres humanos, indicar se os procedimentos éticos vigentes foram cumpridos. No caso de análise de intervenções, indicar se todos os procedimentos éticos necessários foram realizados. Informar, ainda, se o texto já foi apresentado em congressos, seminários, simpósios ou similares.

Autores: Nome completo e endereço eletrônico do(s) autor(es). Informar maior grau acadêmico, cargo e afiliação institucional de cada autor (instituição, cidade, unidade da federação, país). O periódico aceita que sejam até cinco os autores do texto. Em casos devidamente justificados, um número maior de autores poderá ser aceito pelos Editores-Chefes.

ORCID: Informar número ORCID de todos autores. Caso os(as) autores(as) não possuam ORCID, solicitamos que ele seja criado: <https://orcid.org/signin>

Contato: Indicar autor responsável pela comunicação com a revista. Nome completo, endereço institucional (instituição, rua, CEP, cidade, unidade da federação, país), endereço eletrônico e telefone para contato.

Fonte de Financiamento: Os autores deverão informar se o trabalho recebeu ou não financiamento.

Agradecimentos: Se houver, devem vir ao final das referências.

Contribuição dos Autores: Os autores devem definir a contribuição efetiva de cada um no trabalho. Indicar qual a colaboração de cada autor com relação ao material enviado (i.e.: concepção do texto, organização de fontes e/ou análises, redação do texto, revisão etc.).

Os autores deverão dispor em nota de rodapé a afirmação de que a contribuição é original e inédita e que o texto não está sendo avaliado para publicação por outra revista.

2. Estrutura do Texto

Resumo e Abstract: Devem refletir os aspectos fundamentais dos trabalhos, com no mínimo 150 palavras e, no máximo, 250. Preferencialmente, adotar explicitação da estrutura do trabalho, com colocação de subtítulos (Introdução, Objetivos, Método, Resultados e Conclusão). Devem preceder o texto e estar em português e inglês.

Palavras-chave: De três a seis, em língua portuguesa e inglesa, apresentadas após o resumo e após o abstract, respectivamente. As palavras-chave deverão vir separadas por vírgulas. Consulte o DeCS (Descritores em Ciências da Saúde – <http://decs.bvs.br>) e/ou o Sociological Abstracts.

Tabelas: Devem estar citadas no texto através de numeração crescente (ex.: tabela 1, tabela 2, tabela 3) e apresentar legenda numerada correspondente à sua citação. As tabelas deverão ser apresentadas em formato editável (indica-se, preferencialmente, o uso do programa Microsoft Word 2007 ou posterior para preparação e envio das tabelas em formato .doc). Tabelas devem estar também devidamente identificadas e em escala de cinza. As tabelas devem estar inseridas no texto, em formato editável, e não ao final do documento ou na forma de anexos.

Figuras: As figuras (diagramas, gráficos, quadros, imagens e fotografias) devem ser fornecidas em alta resolução (300 dpi), em JPG ou TIF, coloridas e em preto e branco, e devem estar perfeitamente legíveis. Toda figura deve estar citada no texto através de numeração crescente (ex.: figura 1, figura 2, figura 3) e deve apresentar legenda numerada correspondente. As figuras devem ser encaminhadas como documentação suplementar, em arquivos separados e com a respectiva legenda. Todo diagrama, gráfico, quadros, imagem e/ou fotografia deve ser nomeado(a) como figura.

Os textos podem apresentar no máximo cinco figuras e/ou tabelas.

Citações e Referências

Citações no texto: O nome dos autores deve ser grafado com apenas as iniciais maiúsculas, seguido da data de publicação da referência. Ex: “Segundo Silva (2009), [...]” ou (Silva, 2009). Quando houver dois autores, os nomes devem estar separados por “&”. Ex: “Segundo Amarantes & Gomes (2003) [...]” ou (Silva & Santos, 2010). Quando existirem mais de dois autores em citações dentro ou fora dos parênteses, deve-se apresentar o nome do primeiro autor seguido da expressão “et al.”. Toda a bibliografia utilizada e citada no texto deverá, obrigatoriamente, estar na lista de referências, assim como toda a lista de referências deverá estar citada no texto.

As citações diretas (transcrição textual de parte da obra do autor consultado) com menos de três linhas devem ser inseridas no corpo do texto entre aspas duplas; as citações diretas com mais de três linhas devem ser destacadas do texto com recuo de 4 cm da margem esquerda, com o tamanho da fonte um ponto menor que o da fonte utilizada no texto e sem aspas (nesses casos, é necessário especificar na citação a(s) página(s) da fonte consultada)

Referências: Os autores são responsáveis pela exatidão das referências citadas no texto. As referências deverão seguir as normas da APA, detalhadas na 6ª edição do *Publication Manual of the American Psychological Association*. Tutoriais com orientações para a elaboração das referências também podem ser encontrados no site <http://www.apastyle.org>. Ao final do trabalho, as referências devem ser apresentadas e ordenadas alfabeticamente, conforme os exemplos:

Livro

Cavalcanti, A., & Galvão, C. (2007). *Terapia ocupacional: fundamentação & prática*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

Capítulo de livro

Castro, E. D., Lima, E. M. F. A., & Brunello, M. I. B. (2001). Atividades humanas e terapia ocupacional. In M. M. R. P. De Carlo & C. C. Bartalotti (Eds.), *Terapia ocupacional no Brasil: fundamentos e perspectivas*(pp. 41-59). São Paulo: Plexus.

Artigo de periódico

Lopes, R. E. (2004). Terapia ocupacional em São Paulo: um percurso singular e geral. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, 12(2), 75-88.

Artigos de periódico online

Magalhães Sobrinho, P., Carvalho Junior, J. A., Luz Silveira, J., & Magalhães Filho, P. (2000). Analysis of aluminum plates under heating in electrical and natural gas furnaces. *Energy*, 25(10), 975-987. Recuperado em 29 de junho de 2001, de https://www.researchgate.net/publication/232394453_Analysis_of_aluminum_plates_under_heating_in_electrical_and_natural_gas_furnaces

Dissertações e teses

Medeiros, M. H. R. (2004). *A reforma da atenção ao doente mental em Campinas: um espaço para a terapia ocupacional*(Tese de doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Dissertações e teses online

Fujita, M. S. L. (1985). *PRECIS na língua portuguesa: uma experiência com a indexação de artigos de periódicos brasileiros*(Dissertação de mestrado). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado em 20 de dezembro de 2001, de <http://www.cgb.unesp.br/e-theses>

Documentos legais

Brasil. (1997). Medida provisória nº 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, seção 1, p. 29514.

São Paulo. (2001, 1 de dezembro). Decreto nº 46.324, de 30 de novembro de 2001. Declara de utilidade pública a entidade que específica. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, seção 1.

Documentos legais online

Brasil. (2004, 3 de dezembro). Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, seção 1, p. 2. Recuperado em 3 de outubro de 2008, de http://www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm

Homepages

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2008). *Cidades@: São Carlos*. Recuperado em 21 de junho de 2008, de www.ibge.gov.br

Trabalhos publicados em anais de evento

Brayner, A. R. A., & Medeiros, C. B. (1994). Incorporação do tempo em SGBD orientado a objetos. In *Anais do 9º Simpósio Brasileiro de Banco de Dados*(pp. 16-29). São Paulo: USP.

Trabalhos publicados em anais de evento online

Alves, G. B. O. (2005). Assistência terapêutica ocupacional a indivíduos no pós-operatório imediato de patologias e traumas da mão. In *Anais do 8º Encontro de Extensão da UFMG*. Belo Horizonte: UFMG. Recuperado em 20 de outubro de 2011, de http://www3.ufmg.br/proex/arquivos/8Encontro/Saude_8.pdf

Registro de ensaios clínicos

O periódico *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional/Brazilian Journal of Occupational Therapy* apoia as políticas para registro de ensaios clínicos da Organização Mundial da Saúde – OMS e do International Committee of Medical Journal Editors – ICMJE, reconhecendo a importância dessas iniciativas para o registro e divulgação internacional de informação sobre estudos clínicos em acesso aberto. Sendo assim, quando se tratar de pesquisa clínica, somente serão aceitos para publicação os artigos que tenham recebido um número de identificação em um dos Registros de Ensaios Clínicos validados pelos critérios estabelecidos pela OMS e

ICMJE, cujos endereços estão disponíveis no site do ICMJE (http://www.icmje.org/faq_clinical.html). O número de identificação deverá ser registrado ao final do resumo.

Condições de Submissão

É de responsabilidade dos autores a conferência de todas as normas especificadas.

Após o processo de avaliação, em caso de aprovação do texto para publicação, os autores deverão comprometer-se com o pagamento da taxa de R\$1.050,00, referente aos custos parciais de editoração científica (R\$200,00), revisão de português (R\$250,00) e tradução do corpo do texto para o inglês (R\$600,00). O início do processo de editoração dependerá da comprovação do pagamento dessa taxa.

O pagamento deverá ser realizado mediante depósito em conta bancária.

Dados para depósito:

FAI - Cadernos de Terapia Ocupacional - Banco do Brasil - Ag: 1888-0, C.C.: 5996-X, Código Identificador: 6335-5, CNPJ: 66.991.647/0001-30.

Enviar comprovante de depósito, juntamente com a identificação do artigo, para: cadto@ufscar.br

Os autores são responsáveis pelo conteúdo do artigo publicado.

Seções:

Artigo Original

Texto resultante de pesquisa, de natureza teórica e/ou empírica, referente a temas de interesse no campo da terapia ocupacional (estruturado preferencialmente em: Introdução, Objetivos, Método, Resultados, Discussão e Conclusão com, no máximo, 10.000 palavras, incluindo referências bibliográficas).

Artigo de Revisão e/ou Atualização de Literatura

Contribuição que apresenta a síntese de estudos publicados, referente a determinado período e fontes, acompanhado de análise crítica e/ou descritiva, favorecendo o aprofundamento do conhecimento do tema investigado. A revista prioriza artigos de revisão sistemática (com, no máximo, 8.000 palavras, incluindo referências bibliográficas), pois estes estudos aumentam o caráter científico e as evidências sobre

determinado tópico. Nos casos de textos decorrentes de revisão sistemática, o periódico recomenda os critérios adotados pelo PRISMA, disponível em: <http://www.prisma-statement.org/PRISMAStatement/Default.aspx>.

Relato de Experiência ou Estudo de Caso

Material referente a experiências profissionais, relacionadas a indivíduos, grupos e/ou comunidades, decorrentes de intervenções que tragam contribuição para a reflexão sobre a prática em terapia ocupacional. Podem ser apresentados sob a forma de descrição de ações de pesquisa, ensino e serviços (com, no máximo, 5.000 palavras, incluindo referências bibliográficas).

Artigo de Reflexão ou Ensaio

Texto que expresse ponto de vista acerca de assuntos polêmicos e/ou relevantes, relacionados à teoria e à prática em terapia ocupacional, com reflexões e análises inovadoras (com, no máximo, 5.000 palavras, incluindo referências bibliográficas).

Declaração de Direito Autoral

No momento da submissão do texto, os autores devem encaminhar a Declaração de Responsabilidade, Conflito de Interesse e Concordância com termos de Licença de Publicação, segundo modelos abaixo, assinada por todos os autores.

Declaração de Responsabilidade e Concordância com Licença de Publicação

Título do trabalho:

Certifico que participei da concepção do trabalho para tornar pública minha responsabilidade pelo seu conteúdo, bem como que apresentei as informações pertinentes sobre as fontes de recursos recebidos para o desenvolvimento da pesquisa. Afirmando não haver quaisquer ligações ou acordos entre os autores e fontes de financiamento que caracterizem conflito de interesse real, potencial ou aparente que possa ter afetado os resultados desse trabalho.

Certifico que quando a pesquisa envolveu experimentos com seres humanos houve apreciação e aprovação de Comitê de Ética de instituição pertinente e que a divulgação de imagens foi autorizada, assumindo inteira responsabilidade pela mesma.

Certifico que o texto é original e que o trabalho, em parte ou na íntegra, ou qualquer outro material de minha autoria com conteúdo substancialmente similar, não foi enviado a outro periódico, no formato impresso ou eletrônico.

Atesto que, se solicitado, fornecerei ou cooperarei totalmente na obtenção e fornecimento de dados sobre os quais o texto está baseado, para exame dos editores.

Nome completo do(s) autor(es) e assinatura:

Termo de Concordância com Licença de Acesso Aberto

Os Autores deverão enviar o Termo de Concordância com Licença de Acesso Aberto assinado (por todos), conforme o modelo abaixo:

O periódico *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional/Brazilian Journal of Occupational Therapy* é publicado conforme o modelo de Acesso Aberto e optante dos termos da licença *Creative Commons Attribution* (CC-BY), disponível em <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>.

Nós, Autores do artigo “TÍTULO” abaixo assinados, declaramos que lemos e concordamos com os termos da licença acima.

Nome completo do(s) autor(es) e assinatura:

Nome completo

Data

Assinatura

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

Idioma

- English
- Español (España)
- Português (Brasil)

Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional/Brazilian Journal of Occupational Therapy

ISSN 2526-8910

cadto@ufscar.br